



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE

2ª Rua n.º 381 - Centro - Fone 741-1326 - Cep. 68870-000 - CGC. 05.133.863/0001-50 - Soure - Pará - Brasil

Soure - Pará

LEI N.º 3.019/2002

Dispõe sobre a instituição no Município de Soure, da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, prevista no Art. 149-A da Constituição Federal:

A Câmara Municipal de Soure estatui e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - FICA instituída no Município de Soure a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no Art. 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único: O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º - É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 3º - Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

2

Art. 4º - A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela Empresa concessionária distribuidora.

Art. 5º - As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em KW/H, conforme a tabela anexa que é parte integrante desta Lei.

§ 1º Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 KW/H e da classe rural com consumo até 70 KW/H.

§ 2º Estão excluídos da base do cálculo da CIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- a) Classe industrial 10.000 KW/H/Mês**
- b) Classe comercial 7.000 KW/H/Mês**
- c) Classe residencial 3.000 KW/H/Mês**
- d) Classe rural 2.000 KW/H/Mês**
- e) Classe serviço público 7.000 KW/H/Mês**
- f) Classe poder público 7.000 KW/H/Mês**
- g) Classe consumo próprio 7.000KW/H/Mês**

§ 3º A determinação da classe/categoria do consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL ou órgão regulador que vier a substituí-la.

Art. 6º - A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º O Município conveniará ou contratará com a concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º O convênio ou contrato a que se refere o Caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública, e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a Ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "caput" deste artigo será escrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 4º Servirá como título hábil para a inscrição:

I - A comunicação do não pagamento efetuado pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do código Tributário Nacional.

2

II - A duplicata da Fatura de energia elétrica não paga.

III - Outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária Municipal.

Art. 7º. Fica criada o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal de Finanças.

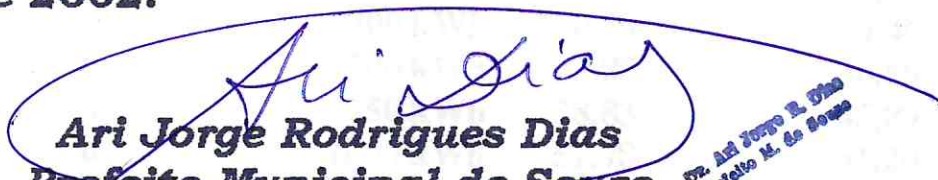
Parágrafo Único: Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previsto neste lei .

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei num prazo de até 60 dias, a contar de sua publicação.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a REDE CELPA (Concessionária de Energia elétrica) o Convênio ou contrato a que se refere o artigo 6º.

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Soure, 30 de Dezembro de 2002.


Ari Jorge Rodrigues Dias
Prefeito Municipal de Soure

Dz. Ari Jorge R. Dias
Prefeito M. de Soure